



Escola de Administração Fazendária

Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará

Concurso Público - 2006

Provas 1 e 2

Auditor-Fiscal da Receita Estadual

Instruções

Nome: _____ N. de Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:

“Não tenha medo de crescer lentamente. Tenha medo apenas de ficar parado.”

- 4 - DURAÇÃO DAS PROVAS: **5 horas** incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Nas provas há **75 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada as provas.
- 9 - Durante as provas, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10- Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término das provas, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11- A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início das provas. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12- Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVAS, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.
- 13- Estas provas estão assim constituídas:

Provas	Disciplinas	Questões	Pesos
1	Língua Portuguesa	01 a 15	1
	Matemática Financeira	16 a 20	1
	Informática	21 a 25	1
	Ética na Administração Pública	26 a 30	1
2	Direito Administrativo	31 a 35	2
	Direito Constitucional	36 a 40	2
	Direito Tributário	41 a 55	2
	Contabilidade Geral, de Custos e Societária	56 a 75	2

Boa prova!

LÍNGUA PORTUGUESA

01- Na seção Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, 21/10/2006, A3, foi formulada a pergunta: “A publicidade infantil deve ser proibida por lei? Sim ou Não?” Dos argumentos expostos abaixo, assinale o que não serve para fundamentar a resposta pelo Sim.

- a) O princípio da liberdade de expressão e informação não se aplica à publicidade.
- b) Eleger uma programação televisiva livre de conteúdos publicitários direcionados a crianças e adolescentes é uma opção por colocar os direitos dessas populações acima de outros interesses.
- c) Há uma compreensão deturpada do poder e alcance da comunicação mercadológica que confunde a publicidade com o ato de consumir.
- d) Problemas sérios de saúde pública, como a obesidade em crianças e jovens, têm sido associados à vinculação de uma publicidade danosa que associa, por exemplo, quesitos de magreza, cabelos lisos e brancura da pele a padrões de beleza e aceitabilidade social.
- e) Declarações públicas como as de Cheryl Idell, executiva do setor de pesquisa de mercado nos EUA (disse ela que a publicidade é eficaz quando se vale das crianças como instrumentos capazes de levar os pais a adquirirem produtos em oferta) estão em desarmonia com a ética centrada nos direitos da criança e do jovem.

02- Leia um trecho da entrevista da escritora Lia Luft à *Revista do Correio* (22/10/2006, p.4). A seguir, assinale a asserção correta.

Um dos papéis do escritor é ser um pensador do seu tempo e da sua sociedade. O que pensa sobre os tempos de hoje, sobre o Brasil com seus problemas e suas potencialidades?

Eu exerço minha escrita como arte, pelo puro prazer

- 2 que isso me dá. Lúdico, intrigante, estimulante. Como colunista, comento também coisas do meu tempo e
- 4 do meu país, mas como brasileira que tem voz, nada mais. Penso que estamos num momento de caída, de
- 6 decadência. Precisamos dar a volta por cima depressa e lindamente. Ou em algum tempo ser brasileiro será
- 8 infamante, vergonhoso e humilhante.

- a) Analisam-se sintaticamente os termos da oração *que isso me dá*(l.2) desse modo: que=sujeito; isso=objeto direto; me= objeto indireto, sendo o verbo *dar* transitivo direto e indireto.
- b) Subentende-se da resposta da escritora que se o Brasil não sair rapidamente da fase de rebaixamento e afrouxamento em que se encontra será motivo de indignidade, degradação e mortificação dizer-se brasileiro.
- c) Ao adjetivar sua escrita como *intrigante*(l.2), entende-se que a escritora busca, em sua literatura, “malquistar com intrigas, mexericar, inimizar-se”, que são alguns sentidos de **intrigar**, conforme o Dicionário Aurélio Eletrônico.

d) Pertencem à mesma etimologia de *decadência*(l.6) os termos: **decadentismo**, **decálogo**, **decantação**.

e) O entrevistador, em sua pergunta, faz uma assertiva que não é contestada pela entrevistada, pois coincide com a função que ela admite estar desempenhando no papel de escritora.

03- Leia o trecho abaixo, extraído de discurso do governador do Ceará, Dr. Lúcio Alcântara, e assinale a asserção que interpreta e/ou reproduz erroneamente as idéias do texto.

Um dos capítulos mais tristes da nossa História é aquele que se refere à escravidão de homens e mulheres, arrancados de suas terras, mantidos em cativeiro e forçados a trabalhos insalubres até quase o final do século 19. Essa parte da nossa crônica social, feita de perseguições, rebeliões, fugas, quilombos e injustiças, ainda está sendo revista, mas infelizmente não pode ser modificada.

No Ceará, a vergonha do passado é encoberta pelo orgulho de termos sido os primeiros a abolir o trabalho escravo em 25 de março de 1884, portanto, quatro anos antes do resto do País. Aqui, o movimento abolicionista contou com o reforço heróico dos jangadeiros, liderados por Francisco José do Nascimento, o Chico da Matilde, nosso mitológico Dragão do Mar. Em protesto ao cruel tráfico de seres humanos, Chico e seus seguidores recusaram-se a continuar embarcando escravos no porto de Fortaleza. Foi um exemplo e uma inspiração.

O jornalista José do Patrocínio tratou de divulgar a decisão solidária dos jangadeiros cearenses, e logo o Ceará passou a ser chamado de “Terra da Luz”. Políticos, advogados, artistas, escritores e intelectuais de destaque, como Joaquim Nabuco, já haviam criado, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, que resultou no surgimento de dezenas de grêmios semelhantes, cuja missão consistia também em arrecadar fundos para pagamento de cartas de alforria. Assim, também, o jornal O Abolicionista, de Nabuco, e a Revista Ilustrada, de Angelo Agostini, serviram de modelo para publicações antiescravagistas.

Essa história de lutas levou o Governo do Estado a instituir, em 1963, a Medalha da Abolição, que celebra o pioneirismo dos nossos abolicionistas e promove os ideais de justiça e fraternidade, homenageando cearenses e não-cearenses que tenham dado a sua contribuição para as mais diversas áreas do conhecimento humano. Já receberam a Medalha da Abolição intelectuais como o professor Antônio Martins Filho e a escritora Rachel de Queiroz; artistas como Aldemir Martins, Eleazar de Carvalho e Renato Aragão; líderes espirituais como os arcebispos Dom Aloísio Lorscheider e Dom Hélder Câmara; além de homens de visão como os industriais Edson Queiroz e José Macedo. A mais alta distinção concedida pelo Governo do Estado já foi entregue também à Academia Cearense de Letras, ao Instituto do Ceará, à Associação Cearense de Imprensa e a outras instituições ligadas ao progresso cultural, científico e educacional do Ceará.

(http://www.ceara.gov.br/pls/portal/PORTAL.www_media.show?p_id=306260&p_settingssiteid=290100&p_settingssiteid=213&p_siteid=213&p_type=basetext&p_textid=306261, pesquisa em 20/10/2006)

- a) O texto inicia com uma referência consternada e pesarosa à escravidão no Brasil.
- b) Instituída em homenagem aos heróis abolicionistas, a Medalha da Abolição agracia personalidades e instituições que fomentam o espírito de solidariedade e igualdade.
- c) A atitude libertária de Francisco José do Nascimento influenciou pessoas proeminentes da época, o que deu origem a diversas ações abolicionistas.
- d) O Ceará se orgulha de ter sido precursor na luta contra a escravidão.
- e) A menção ao fato de o Ceará ter sido o primeiro estado a se insurgir contra o tráfico de escravos constitui uma forma de desculpa pela mancha vergonhosa que a escravidão imprimiu na nossa história.

04- Na seção Tendências/Debates da *Folha de S. Paulo*, 21/10/2006, A3, foi formulada a pergunta: “A publicidade infantil deve ser proibida por lei? Sim ou Não?” Gilberto C. Leifert respondeu Não, no artigo intitulado: Educar, sim; proibir, não.

Um trecho de seu artigo está reproduzido abaixo. Complete as lacunas com a opção que preserve a coerência e a coesão no desenvolvimento das idéias.

Até recentemente, a sociedade entendia ser a educação tarefa exclusiva de pais e professores. _____(1) _____ esse conceito evoluiu. Cobra-se, agora, o compromisso de educar _____(2)_____ de veículos de comunicação, publicidade, das artes etc. Não poderia haver _____(3)_____ mais justa, dada a importância da educação – desde que não se esqueça o essencial: a responsabilidade de pais e professores continua sendo _____(4)_____.

	(1)	(2)	(3)	(4)
a)	Infelizmente	apenas	restrição	prioritária
b)	Sabidamente	também	reivindicação	intransferível
c)	Tardamente	exclusivamente	demanda	escamoteada
d)	Concomitantemente	inclusive	exigência	subtraída
e)	Ultimamente	tão-somente	modificação	limitada

05- Com base nesta definição de paráfrase: “dizer a mesma coisa com outras palavras”, aponte a opção que não constitui paráfrase do segmento sublinhado correspondente (segmento identificado com a mesma letra). Ignore questões de estilo e mudanças mínimas de significação que não alteram as idéias principais do texto.

O estado de Rondônia quase sempre aparece nos meios de comunicação (a) devido a notícias negativas, como os incêndios provocados por queimadas, (b) que devastam grandes áreas da floresta amazônica, e os violentos conflitos ocorridos em reservas controladas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), (c) que opõem garimpeiros e indígenas por causa da busca de diamantes. Também são freqüentes as notícias sobre as disputas de terras envolvendo posseiros, indígenas, fazendeiros e grileiros, às vezes com muitos mortos, (d) e sobre a libertação de

trabalhadores submetidos ao regime de semi-escravidão, (e) o que mostra a gravidade da questão fundiária ao sul da Amazônia.

(Jacob Binsztok, *Camponeses de Rondônia, Ciênciahoje*, julho/2006, 30)

- a) vinculado a um noticiário desfavorável,
- b) que assolam largas extensões da nossa hileia,
- c) que fazem garimpeiros e íncolas se estremarem em razão da procura por diamantes.
- d) bem como a denúncia de pessoas sendo mantidas à força para trabalhar quase como escravos,
- e) o que revela quão profundo é o problema agrário na Amazônia austral.

06- Assinale o período que, ao dar continuidade ao trecho abaixo, respeita o padrão morfossintático da língua portuguesa escrita, a coesão textual e/ou a coerência entre as idéias.

O panorama atual no Brasil não é dos mais animadores. O rebaixamento da exigência para se entrar (e sair) de um curso superior tem criado uma enorme quantidade de bacharéis e licenciados que não conseguem entrar no mercado de trabalho em suas áreas de especialização. Assim, já se encontram em nosso país muitos motoristas de táxi que fizeram direito, telefonistas que concluíram comunicação, digitadoras que terminaram psicologia.

(Jaime Pinsky. *O Japão não é aqui. Correio Braziliense*, 17/9/2006, 17)

- a) Trabalhar em atividades “menores” que sua formação universitária lhes qualifica, não tem nada de errado, mas há, no caso, um investimento excessivo para uma formação que poderia ser obtida com menos esforço, tempo e dinheiro.
- b) Para muitos desses profissionais, que buscam no diploma de curso superior a base para a ascensão social, aspiração legítima de um segmento que vem sendo excluído das universidades há décadas, realizam o sonho de melhorar o padrão de vida e de consumo.
- c) Seria melhor que tais profissionais, em vez de perseguirem o sonho de cursar uma faculdade, se dediquem desde cedo a uma formação técnica, para atender à uma demanda crescente do País por quadros técnicos.
- d) Ora, como dizia Octavio Ianni, nem todos precisam ou devem fazer uma faculdade. Ao Estado cabe o dever de proporcionar educação fundamental de qualidade a todos, instrumento básico para o jovem prosseguir nos estudos, se tiver talento para tanto.
- e) Pelo contrário, mesmo quando conseguem trabalhar em sua área de formação, muitos desses diplomados recebem salários ínfimos, muitas vezes em função da baixa qualificação que receberam nos bancos universitários.

07- Os fragmentos transcritos abaixo em seqüência aleatória devem constituir um texto. Numere os parênteses de modo a se obter um texto com um seqüenciamento correto das idéias, além de respeitadas a coerência e a coesão textuais.

- () Ao longo de cinquenta anos, estudiosos de diversos centros de pesquisa peregrinaram pelas regiões mais geladas do planeta em busca de exemplares preservados do vírus da gripe espanhola.
- () Graças aos avanços no campo da biologia molecular e ao desenvolvimento de seqüenciamento genético, foi possível reativar o vírus da gripe espanhola e descobrir, em experimento com ratos de laboratório, que o H1N1 tem poder de destruição mais alto do que se supunha.
- () Entre setembro de 1918 e abril de 1919, 50 milhões de pessoas morreram em todo o mundo, o equivalente a 4% da população mundial de então. Só no Rio de Janeiro a gripe fez 15 mil vítimas fatais em apenas um mês, entre elas o presidente Rodrigues Alves.
- () Pesquisadores americanos deram um grande passo na elucidação de um dos maiores enigmas da medicina do século XX – o que fez do influenza H1N1 um vírus tão letal, responsável pela pior pandemia da história, a gripe espanhola.
- () Em 1997, no cemitério de um pequeno vilarejo do Alasca, foram encontrados fragmentos do vírus no cadáver exumado de uma senhora bastante gorda – este detalhe é importante porque o acúmulo de tecido adiposo ajudou a preservar as partículas da ação do tempo.

(Giuliana Bergamo, *Letal por natureza. Veja*, 18/10/2006, 117, com adaptações)

A seqüência numérica correta é:

- a) 5-4-2-3-1
- b) 1-4-3-2-5
- c) 3-5-2-1-4
- d) 1-2-3-5-4
- e) 4-5-1-3-2

08- As estrofes abaixo pertencem ao Hino do Estado do Ceará (letra de Thomaz Lopes e música de Alberto Nepomuceno). Assinale a asserção incorreta a respeito de sua significação e estruturação lingüística.

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
Nome que brilha - esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano
Se à proa vão heróis e marinheiros
E vão no peito corações guerreiros?

(http://www.ceara.gov.br/portal/page?_pageid=214,300680&_dad=portal&_schema=PORTAL, pesquisa em 20/10/2006)

- a) O primeiro verso está composto de vocativos.
- b) Em ordem sintática direta, o segundo verso se transforma em: O clarim que conta a tua glória soa!
- c) Os adjetivos das expressões “jangada afoita” e “vela ousada” (versos 7/8) pertencem ao mesmo campo de significação, podendo ser trocados entre si, sem prejuízo da significação geral da estrofe.
- d) “Enfune” e “conduza” (versos 7/8) são formas verbais flexionadas, respectivamente, no presente do indicativo e no presente do subjuntivo.
- e) Nos dois últimos versos, exercem a função de sujeito as expressões “heróis e marinheiros” e “corações guerreiros”.

09- Os fragmentos a seguir reproduzem parcialmente o texto de um recurso contra a avaliação de uma prova discursiva. Assinale o fragmento que respeita integralmente as normas do padrão formal escrito da língua portuguesa.

- a) Nos termos do Edital n. xx, de 15 de fevereiro de 2006, e do item 4.2 do Edital n. yy, de 12 de dezembro de 2005, dirijo-me, mui respeitosamente, à nobre Banca Examinadora do concurso, para recorrer, tempestivamente, da nota atribuída à prova dissertativa da Fase 2 no tocante ao uso do idioma.
- b) Não entendi a nota que tirei. Colegas erraram mais do que eu e não tiraram nota tão baixa. Eu escrevo há muito tempo, escrevo bem! É o que todo mundo diz, e não coaduna com meu conhecimento da língua portuguesa ter uma nota de português inferior à média.
- c) Por não ser divulgado os critérios de desconto por erro encontrado, supõe o candidato que a nobre Banca na aplicação das penalidades dos erros considera a natureza e a gravidade deste no conjunto de toda a dissertação.

- d) Diante disso, requeiro seja revisto os valores retirados pelos erros apontados no segundo e terceiro parágrafo da dissertação, que não podem ser tão graves a ponto de retirar da nota penalização tão alta de dois pontos e meio.
- e) Pelo exposto, a exceção dos erros que concorda o candidato, ele atendeu devidamente a todas as outras exigências da norma culta da língua portuguesa, portanto bem como as relativas à adequação ao tema, coerência, coesão, pertinência argumentativa, adequação vocabular, pelo que merece ter sua nota aumentada.

10- Assinale o trecho inteiramente correto quanto à pontuação, grafia e estruturação morfossintática.

- a) Estou falando de educação, como prioridade nacional. Educação que concorra para a democratização da sociedade. Educação como meta estratégica do governo. E isso, evidentemente, não existe no Brasil. Pelo contrário, em vez de escola pública de boa qualidade para todos, há um investimento massivo em cursos superiores que acaba não alcançando seus objetivos educacionais.
- b) Estou falando de educação como prioridade nacional: educação que concorra para a democratização da sociedade, que seja meta estratégica do governo. Evidentemente, isso não existe no Brasil. Pelo contrário: ao invés de escola pública de boa qualidade para todos, há um investimento maciço em cursos superiores, os quais, acabam não alcançando seus objetivos educacionais.
- c) Estou falando de educação como prioridade nacional – educação que concorra para a democratização da sociedade, educação como meta estratégica do governo. E isso, evidentemente, não existe no Brasil. Pelo contrário. Em vez, de escola pública de boa qualidade para todos, há um investimento massivo em cursos superiores que acabam não alcançando seus objetivos educacionais.
- d) Estou falando de educação como prioridade nacional, educação, que concorra para a democratização da sociedade, educação, como meta estratégica do governo – o que, evidentemente, não existe no Brasil. Pelo contrário, em vez de escola pública de boa qualidade para todos há um investimento em massa em cursos superiores dos quais acabam não alcançando seus objetivos educacionais.
- e) Estou falando de educação como prioridade nacional, educação que concorra para a democratização da sociedade. Educação como meta estratégica do governo. E isso não existe no Brasil, evidentemente. Pelo contrário, em vez de escola pública de boa qualidade para todos há um forte investimento em cursos superiores que acabam não alcançando seus objetivos educacionais.

(Jaime Pinsky. *O Japão não é aqui*. Correio Braziliense, 17/9/2006, 17, com adaptações)

11- Foram introduzidos erros morfossintáticos, de pontuação e/ou de falta de paralelismo em artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará. Assinale o único artigo inteiramente correto.

- a) Os deveres do funcionário são gerais, quando fixados neste Estatuto e legislação complementar, e especiais, cujos são as peculiaridades das atribuições funcionais.
- b) É dever de o funcionário levar, por escrito, ao conhecimento da autoridade superior irregularidades administrativas que tiver ciência em razão do cargo que ocupa, ou da função que exerça.
- c) Deve o funcionário guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada que tem conhecimento em razão do cargo que ocupa, ou da função que exerce.
- d) É dever de o funcionário atender, nos prazos que lhe for definido por lei ou regulamento, os requerimentos de certidões para defesa de direitos e esclarecimentos de situações.
- e) Deve o funcionário atender, prontamente, e na medida de sua competência, os pedidos de informação do Poder Legislativo e às requisições do Poder Judiciário.

(http://www.al.ce.gov.br/publicacoes/estatutocivis/estatuto/capitulo_2_t6.htm)

12- Assinale a opção que contém erro de grafia ou inadequação vocabular. (Artigo extraído, com modificações, do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Ceará).

Art. 192 - O funcionário deixará de cumprir ordem de autoridade superior quando:

- a) a autoridade de quem emanar a ordem for incompetente;
- b) não se contiver a ordem na área da competência do órgão a que servir o funcionário seu destinatário, ou não se referir a nenhuma das atribuições do servidor;
- c) for a ordem expendida sem a forma exigida por lei;
- d) não tiver a ordem como causa uma necessidade administrativa ou pública, ou visar a fins não estipulados na regra de competência da autoridade da qual promanou ou do funcionário a quem se dirige;
- e) a ordem configurar abuso ou excesso de poder ou de autoridade;

(http://www.al.ce.gov.br/publicacoes/estatutocivis/estatuto/capitulo_2_t6.htm, pesquisa em 20/10/2006)

13- Analise o texto abaixo e considere as seis propostas de alteração. Faça, a seguir, o que se pede.

2 A Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará ou
simplesmente SEFAZ-Ceará, é uma das mais antigas
4 instituições públicas da administração estadual. Foi
criada pela Lei n. 58 de 26 de setembro de 1836 data
em que José Martiniano de Alencar – pai do escritor
6 cearense José de Alencar – era o Presidente da
Província do Ceará. Desde então são decorridos 170
8 anos de uma história institucional que se confunde
com a do próprio Estado de incontáveis serviços em
10 defesa dos reais interesses dos cearenses, haja vista
que muitos “cobradores de impostos e taxas”, como
12 são chamados os agentes do fisco, perderam a vida no
cumprimento do dever.

(Adaptado de <http://www.sefaz.ce.gov.br/comunicacaosocial/sefaznot.asp#>,
consulta em 20/10/2006)

Propostas de alteração da pontuação:

- I) Eliminar a vírgula que está depois da palavra “Ceará” (ℓ.2)
- II) Manter apenas a inicial maiúscula da sigla (ℓ.2). Assim: Sefaz-Ceará
- III) Colocar uma vírgula antes e outra depois da expressão: de 26 de setembro de 1836 (ℓ.4)
- IV) Substituir o duplo travessão das linhas 5 e 6 por parênteses
- V) Colocar vírgula depois da palavra “Estado” (ℓ.9)
- VI) Excluir as aspas da linha 11

Assinale a opção que contém apenas e tão-somente as propostas que deverão ser implementadas para tornar o texto correto.

- a) I, III e V
- b) I, IV, V e VI
- c) II, III e V
- d) III, IV e VI
- e) II, IV e VI

14- Assinale a única reescritura do segmento sublinhado que, em vez de corrigi-lo, introduz erro de natureza morfosintática ao texto.

A campanha “Sua Nota Vale Dinheiro. Ganha você. Ganha o Ceará”, desenvolvida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ, atinge o seu primeiro ano de atividades, (a) cujo crescimento de suas estatísticas revela o sucesso da campanha. Ela premia os participantes com 0,5% do valor das operações constantes nos cupons e notas fiscais enviados e digitados na SEFAZ.

(b) Participantes de todo Ceará tem aderido à campanha de educação tributária, (c) que objetiva a conscientizar à população acerca da importância da emissão de documentos fiscais nas compras no comércio atacadista e varejista, além de incentivar projetos sociais desenvolvidos por entidades sem fins lucrativos.

Para se ter uma amostra do alcance da “Sua Nota”, 286 entidades, de acordo com os dados consolidados até o dia 16 de agosto, (d) procederam o cadastramento na coordenação-executiva da promoção, o que perfaz um total de 70.354 participantes indiretos e 47.297 pessoas diretamente cadastradas na SEFAZ. Números que, certamente, podem mudar (e) à medida que novos cadastramentos se forem concretizando

(Adaptado de <http://www.sefaz.ce.gov.br/comunicacaosocial/sefaznot.asp#>,
consulta em 20/10/2006)

Reescrituras:

- a) com estatísticas cujo crescimento revela o sucesso da campanha.
- b) Participantes de todo o Ceará têm aderido à campanha de educação tributária
- c) que objetiva conscientizar a população sobre a importância da emissão de documentos fiscais
- d) procederam ao cadastramento junto à coordenação-executiva da promoção
- e) à medida em que se for concretizando novos cadastramentos.

15- Aponte o período no qual a concordância verbal e/ou nominal não segue o padrão culto do idioma escrito.

- a) Para o europeu, o Renascimento é um período de transição e compromisso. Resultado de lenta evolução, ele rompe os valores, ideais e instituições que deram origem à civilização ocidental e cristã do tipo medieval, sem interrupção e quebra de continuidade histórica.
- b) Caracterizam esse período histórico como de compromisso entre o medieval e o moderno um predomínio de interesses que até então havia desempenhado papel secundário na vida da Europa Ocidental: interesse pelo indivíduo e sua vida terrena.
- c) Embora os fundamentos econômicos da civilização medieval continuasse sendo a posse e o cultivo da terra, a economia rural passa a oferecer um excedente de produção capaz de fomentar um início de troca comercial que vai se intensificar e tornar-se internacional e marítimo.
- d) Desde o fim da Idade Média é perceptível as transformações que atingem as relações humanas básicas nos centros de atividades comerciais que começam a aparecer nas cidades.
- e) Desenvolvem-se, entre a classe dos senhores e servos, uma nova camada social – a burguesia, que agrupa comerciantes, artesãos livres e funcionários públicos para os quais não haviam funções reconhecidas na sociedade dual da Idade Média.

(Casemiro dos Reis Filho, *O transplante da educação européia no Brasil*. Em Saviani, D. (org.) *Intelectual, Educador, Mestre: presença do professor Casemiro dos Reis Filho na educação brasileira*. Campinas/SP: Autores Associados, 2003, 55/56.)

MATEMÁTICA FINANCEIRA

(Se necessário, utilize a tabela da página 23)

16- Qual o capital que aplicado a juros simples à taxa de 2,4% ao mês rende R\$ 1 608,00 em 100 dias?

- a) R\$ 20 000,00.
- b) R\$ 20 100,00.
- c) R\$ 20 420,00.
- d) R\$ 22 000,00.
- e) R\$ 21 400,00.

17- Metade de um capital foi aplicada a juros compostos à taxa de 3% ao mês por um prazo de doze meses enquanto a outra metade foi aplicada à taxa de 3,5% ao mês, juros simples, no mesmo prazo de doze meses. Calcule o valor mais próximo deste capital, dado que as duas aplicações juntas renderam um juro de R\$ 21 144,02 ao fim do prazo.

- a) R\$ 25 000,00.
- b) R\$ 39 000,00.
- c) R\$ 31 000,00.
- d) R\$ 48 000,00.
- e) R\$ 50 000,00.

18- Qual o valor mais próximo da taxa equivalente à taxa nominal de 48% ao ano com capitalização mensal?

- a) 3,321% ao mês.
- b) 24% ao semestre.
- c) 26,532% ao semestre.
- d) 10,773% ao trimestre.
- e) 8,825% ao bimestre.

19- Uma empresa desconta um título no valor nominal de R\$ 112 551,00 quatro meses antes do seu vencimento por meio de um desconto racional composto calculado à taxa de 3% ao mês. Calcule o valor mais próximo do valor do desconto.

- a) R\$ 12 635,20.
- b) R\$ 12 551,00.
- c) R\$ 11 255,10.
- d) R\$ 12 633,33.
- e) R\$ 12 948,00.

20- Calcule o valor mais próximo da taxa interna de retorno do seguinte fluxo de caixa, em R\$ 1 000,00.

Ano	0	1	2	3	4	5	6	7	8
Valor	-850	200	200	200	200	100	100	100	100

- a) 7% ao ano.
- b) 8% ao ano.
- c) 12% ao ano.
- d) 10% ao ano.
- e) 9% ao ano.

Área para rascunho

INFORMÁTICA

21- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Informática.

- I. O Chipset é o principal componente de uma placa-mãe, no qual é possível encontrar os controladores de acesso à memória, controladores do barramento IDE, AGP e ISA.
- II. O Driver é um conjunto de rotinas que permite ao sistema operacional acessar o periférico, funcionando como uma espécie de tradutor entre o dispositivo.
- III. Um HD SCSI, ao ser conectado à saída IDE UDMA/66 de uma placa-mãe, tem sua velocidade de acesso multiplicada por 66, chegando a uma taxa de transferência da ordem de 150 Giga Bytes/segundo.
- IV. Um processador, para ler dados de uma memória RAM, deve indicar o endereço desejado na memória, usando, para isto, o barramento de dados, recebendo os dados desejados via memória cache.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

22- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Sistemas Operacionais.

- I. O Kerberos é um protocolo de criptografia de chave privada utilizado por algumas versões do Sistema Operacional Windows como protocolo de autenticação padrão. Nesses casos, o controlador de domínio Windows executa o serviço de servidor do Kerberos e os computadores clientes do Windows executam o serviço de cliente do Kerberos.
- II. Nas versões do Windows com sistemas de arquivo NTFS e que permitem compactação de pastas, ao se adicionar ou copiar um arquivo para uma pasta compactada, ele será compactado automaticamente. Ao se mover um arquivo de uma unidade NTFS para uma pasta compactada, ele também será compactado, desde que a unidade de origem seja diferente da unidade de destino.
- III. Quando um microcomputador é ligado, o primeiro software carregado é o Sistema Operacional, que faz a contagem da memória RAM, detecta os dispositivos instalados e por fim carrega o BIOS. Este procedimento inicial é chamado de POST (*Power-On Self Test*).
- IV. O Samba é um servidor para Windows que permite o gerenciamento e compartilhamento de recursos em redes formadas por computadores com o Linux. Instalando o Samba, é possível usar o Windows como servidor de arquivos, servidor de impressão, entre outros, como se a rede utilizasse apenas servidores Linux.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

23- Nos sistemas de Segurança da Informação, existe um método que _____. Este método visa garantir a integridade da informação.

Escolha a opção que preenche corretamente a lacuna acima.

- a) valida a autoria da mensagem
- b) verifica se uma mensagem em trânsito foi alterada
- c) verifica se uma mensagem em trânsito foi lida por pessoas não autorizadas
- d) cria um backup diferencial da mensagem a ser transmitida
- e) passa um antivírus na mensagem a ser transmitida

24- Analise as seguintes afirmações relacionadas a conceitos básicos de Segurança da Informação.

- I. Um firewall, instalado entre uma rede LAN e a Internet, também é utilizado para evitar ataques a qualquer máquina desta rede LAN partindo de máquinas da própria rede LAN.
- II. A confidenciabilidade é a propriedade de evitar a negativa de autoria de transações por parte do usuário, garantindo ao destinatário o dado sobre a autoria da informação recebida.
- III. Na criptografia de chaves públicas, também chamada de criptografia assimétrica, uma chave é utilizada para criptografar e uma chave diferente é utilizada para decifrar um arquivo.
- IV. Uma das finalidades da assinatura digital é evitar que alterações feitas em um documento passem sem ser percebidas. Nesse tipo de procedimento, o documento original não precisa estar criptografado.

Indique a opção que contenha todas as afirmações verdadeiras.

- a) I e II
- b) II e III
- c) III e IV
- d) I e III
- e) II e IV

25- Os _____ são utilizados para dividir o tráfego entre os segmentos de uma mesma rede ou para interligar redes com diferentes protocolos na camada física.

Escolha a opção que preenche corretamente a lacuna acima.

- a) Servidores IDS
- b) Servidores DNS
- c) Hubs
- d) Roteadores
- e) Conectores RJ45

ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

26- Selecione a opção que apresenta corretamente princípios constitucionais de natureza ética.

- a) Eficiência é um princípio ético e moral que se acentua a partir da década de 70, associado à reivindicação geral de democracia administrativa, e significa dar transparência às ações de governo.
- b) O princípio da publicidade diz respeito ao direito do cidadão de receber dos órgãos públicos informações do seu interesse particular ou de interesse coletivo e geral.
- c) O princípio da continuidade justifica a proibição de greve dos servidores públicos, conforme Constituição de 1988 que remete à lei específica as punições e penalidades advindas da greve.
- d) Segundo o princípio da impessoalidade, o órgão público pode agir por fatores pessoais e subjetivos, dando cumprimento aos princípios da legalidade e isonomia que rege o direito administrativo.
- e) O princípio da moralidade administrativa obriga que todo funcionário público aja conforme a lei, utilizando eficazmente o erário público proveniente de impostos pagos pelo cidadão.

27- “Aplica-se, sempre por ato escrito, por prazo não superior a 90 dias, nos casos de ilícito grave.”

Selecione a opção que identifica corretamente a sanção disciplinar descrita acima.

- a) Repreensão.
- b) Cassação de aposentadoria.
- c) Suspensão.
- d) Demissão.
- e) Cassação de disponibilidade.

28- Escolha a opção que não indica um crime contra a administração pública, segundo o Código Civil Brasileiro.

- a) Cometer a outrem o desempenho de sua atividade funcional.
- b) Modificar ou alterar sistema de informação sem autorização.
- c) Exigir vantagem indevida.
- d) Aplicar, de forma irregular, verbas públicas.
- e) Abandonar o cargo público.

29- Conforme a Lei n. 9.826, de 14/05/1974, é incorreto afirmar que

- a) é de competência da autoridade de maior hierarquia na entidade administrativa apurar irregularidade de funcionário lotado em sua unidade.
- b) o regime disciplinar está vinculado às atribuições do cargo, função ou emprego.
- c) a tipificação da infração tem como principal objetivo prever as consequências jurídicas da conduta.
- d) a pena será determinada pela autoridade de maior hierarquia do órgão administrativo, considerando a gravidade dos danos causados.
- e) a apuração da responsabilidade funcional será feita por meio de sindicância ou de inquérito.

30- A n. Lei 9.826, de 14/05/1974, prevê deveres e proibições gerais do funcionário.

Selecione a opção correta.

- a) Advertência e repreensão são deveres do funcionário no exercício de cargo em comissão.
- b) Trata-se de proibição o funcionário acumular cargos, funções e empregos públicos remunerados.
- c) Assiduidade e pontualidade são deveres inerentes àqueles que exercem um cargo público.
- d) É dever do funcionário obedecer às ordens de seus superiores hierárquicos.
- e) É dever do funcionário participar de órgão da alta administração em empresas ou sociedades mercantis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31- Assinale a opção que contemple o ponto de distinção entre a empresa pública e a sociedade de economia mista.

- a) Natureza jurídica.
- b) Atuação na ordem econômica.
- c) Regime do pessoal.
- d) Natureza do patrimônio.
- e) Formação do capital social.

32- A aplicação da penalidade de advertência a servidor público infrator, por sua chefia imediata, é ato administrativo que expressa a manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) regulamentar.
- c) de polícia.
- d) disciplinar.
- e) vinculado.

33- Assinale a opção que expressa corretamente a natureza jurídica da autorização de serviços públicos.

- a) Contrato administrativo.
- b) Ato administrativo complexo.
- c) Ato administrativo simples.
- d) Ato administrativo composto.
- e) Convênio.

34- Assinale a opção que contenha a correlação correta.

- (1) Controle Interno da Administração
- (2) Controle Parlamentar
- (3) Controle Jurisdicional

- () Revogação ou anulação do ato administrativo – súmula 473 – STF
- () Processo administrativo disciplinar
- () Comissão Parlamentar de Inquérito
- () Mandado de segurança
- () Ação popular

- a) 1 - 1 - 2 - 3 - 3
- b) 2 - 1 - 2 - 3 - 1
- c) 3 - 2 - 1 - 2 - 1
- d) 1 - 1 - 3 - 2 - 1
- e) 2 - 3 - 1 - 2 - 2

35- São consequências da prática de ato de improbidade pelo agente público infrator, exceto:

- a) a perda da função pública, após sentença condenatória transitada em julgado.
- b) a perda dos direitos políticos, após sentença condenatória transitada em julgado.
- c) ressarcimento integral do dano, se houver.
- d) pagamento de multa civil.
- e) proibição de contratar com o Poder Público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36- Sobre a aplicabilidade das normas constitucionais e sobre os direitos e garantias fundamentais, marque a única opção correta.

- a) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e eficácia plena.
- b) As normas constitucionais de eficácia contida são aquelas que apresentam aplicabilidade reduzida, haja vista necessitarem de norma ulterior para que sejam aplicadas.
- c) As normas constitucionais de eficácia limitada estreitam-se com o princípio da reserva legal, haja vista regularem interesses relativos à determinada matéria, possibilitando a restrição por parte do legislador derivado.
- d) O condicionamento da aplicação de direitos e garantias fundamentais à preexistência de lei, não retira o poder normativo do dispositivo constitucional, haja vista impor ao legislador e ao aplicador da norma limites de atuação.
- e) Caberá mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Logo, poderá ser impetrado o remédio constitucional para sanar a omissão de norma de eficácia contida.

37- Sobre a tutela constitucional das liberdades, marque a única opção correta.

- a) O mandado de segurança confere aos indivíduos a possibilidade de afastar atos ilegais ou praticados com abuso de direito. Contudo, o remédio constitucional não poderá ser utilizado contra atos vinculados, na medida em que, nessa situação, o agente público que praticou o ato não agiu com liberalidade, mas o praticou em atenção à norma.
- b) Ao impetrar mandado de segurança contra lei em tese, o demandante não necessita demonstrar o justo receio de sofrer violação de direito líquido e certo, bastando a indicação, em Juízo, do dispositivo que considera abusivo.
- c) É possível a impetração de mandado de segurança contra ato jurisdicional. Todavia, para que seja admitido, deve o impetrante demonstrar, além da violação de direito líquido e certo, a inexistência de recurso com efeito suspensivo e que o provimento do recurso cabível não seria suficiente à reparação do dano.
- d) É condição de admissibilidade do mandado de segurança, o esgotamento da via administrativa, haja vista ser temerária à segurança jurídica decisões administrativa e judicial conflitantes.
- e) O mandado de segurança coletivo poderá ser interposto por entidade de classe ou associação legalmente constituída, independentemente do prazo de sua constituição e funcionamento, para a defesa de interesses líquidos e certos de seus representados.

38- Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a única opção correta.

- a) O indivíduo poderá se negar à prestação do serviço militar obrigatório, mesmo em tempo de guerra, alegando escusa de consciência (convicção filosófica). Todavia, não poderá se negar à prestação de atividade alternativa legalmente definida.
- b) A Constituição Federal de 1988 assegura o direito de reunião pacífica em locais públicos, independentemente de autorização, condicionado, entretanto, ao aviso prévio à autoridade competente e desde que não frustrasse outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- c) Segundo o texto constitucional, a criação de associações, na forma prescrita em lei, independe de autorização. Por outro lado, a dissolução de associações impõe de autorização legal, mesmo que seja a vontade de seus associados, haja vista a necessidade de se resguardar interesses públicos decorrentes da atividade.
- d) Segundo a Constituição Federal de 1988, todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, ressalvadas aquelas imperiosas à segurança nacional. Caso o Poder Público se negue à prestação das informações, o remédio constitucional cabível será o *habeas data*.
- e) O princípio da personificação da pena, contemplado no texto constitucional, informa que nenhuma pena passará da pessoa do condenado. Logo, se o condenado vier a falecer antes de restituir à vítima o equivalente aos danos que proporcionou, não poderá o seu espólio ser acionado para que cumpra a obrigação.

39- Sobre a possibilidade de emendas à Constituição Federal de 1988, marque a única opção correta.

- a) Não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda à Constituição, na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- b) Constitui limitação material implícita ao poder constituinte derivado, a proposição de emenda constitucional que vise à modificação de dispositivos referentes aos direitos sociais, considerados cláusulas pétreas.
- c) A emenda à Constituição Federal só ingressa no ordenamento jurídico após a sua promulgação pelo Presidente da República, e apresenta a mesma hierarquia das normas constitucionais originárias.
- d) O Presidente da República poderá ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de que seja arquivada proposta de emenda à Constituição tendente a abolir cláusula pétrea.
- e) A promulgação de emendas à Constituição Federal compete às Mesas da Câmara e do Senado, não se sujeitando à sanção ou veto presidencial.

40- Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, marque a única opção correta.

- a) O princípio da impessoalidade apresenta duas formas de abordagem. A primeira relaciona-se à finalidade pública. A segunda indica que os atos administrativos não devem ser imputados ao agente que os praticou, mas ao órgão ou entidade administrativa a que está vinculado.
- b) A discricionariedade atribuída à autoridade administrativa, consubstanciada pela liberdade de atuação, autoriza a edição de resolução que crie direitos e obrigações aos administrados.
- c) Na situação em que a autoridade administrativa pratica ato com desvio de poder, pode-se afirmar que ocorreu atentado ao princípio da moralidade, e não ao princípio da legalidade.
- d) A publicidade não se constitui elemento formador do ato administrativo, mas requisito de eficácia e moralidade. Portanto, não se faz possível a restrição dos atos de publicidade, sob o risco de se ferir o interesse público.
- e) O princípio da eficiência, inserido no texto constitucional pelo legislador derivado, indica à Administração Pública a prestação de serviços públicos de forma racional e transparente. Todavia, não é possível a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo que deixe de observá-lo.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41- Em relação ao Imposto Sobre Serviços, se não consta da lista anexa à Lei Complementar n. 116/2003 determinado serviço, podemos afirmar que a sua não-exigência ocorre em vista de:

- a) isenção.
- b) anistia.
- c) não-incidência.
- d) imunidade.
- e) não-cumulatividade.

42- Sobre o Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doações, previsto no art. 155, I, da Constituição, inserido na competência dos estados e do Distrito Federal, julgue as afirmativas abaixo, e a seguir assinale a opção correta.

- () Relativamente a bens imóveis, compete ao estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.
- () A competência para a sua instituição será regulada por lei complementar, se o doador tiver domicílio no exterior.
- () Terá suas alíquotas mínimas e máximas fixadas pelo Senado Federal.

- a) V – F – F
- b) F – V – V
- c) V – V – V
- d) F – F – V
- e) V – V – F

43-A isenção, prevista no Código Tributário Nacional como modalidade de exclusão do crédito tributário, isto é, não se permite nem sequer que haja a constituição do crédito tributário. Sobre ela, podemos fazer as seguintes afirmações, com exceção de:

- a) pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, em qualquer hipótese.
- b) pode ser extensiva aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- c) salvo disposição de lei em contrário, não se estende às taxas.
- d) em determinadas situações, efetiva-se por despacho da autoridade administrativa.
- e) a lei que a conceder deverá especificar, entre outros, as condições e requisitos exigidos para a sua concessão.

44-As limitações constitucionais ao poder de tributar constituem garantias aos contribuintes de que não serão submetidos à tributação sem a estrita observância de tais princípios. Sobre estes, é correto afirmar-se que:

- a) somente as leis poderão instituir ou aumentar tributos, admitindo-se algumas exceções, somente em relação a alguns impostos, em que estes poderão ser majorados por meio de decretos presidenciais.
- b) é vedado a todos os entes tributantes instituir tributos sobre templos de qualquer culto.
- c) os tributos deverão observar o princípio da capacidade contributiva.
- d) é vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
- e) é vedado aos entes tributantes cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os tenha aumentado, em quaisquer casos.

45-A lei complementar, de modo geral, em matéria tributária, é utilizada para, entre outras matérias, estabelecer as normas gerais. Já em relação ao ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, ela possui atribuições específicas. Sobre estas, julgue os itens abaixo; em seguida, assinale a opção correta.

Cabe à lei complementar, em tema de ICMS:

- I. definir as suas alíquotas em operações interestaduais com gás natural, seus derivados, lubrificantes e combustíveis.
- II. definir os combustíveis e lubrificantes sobre os quais incidirá uma única vez.
- III. disciplinar o regime de compensação do imposto.
- IV. prever casos de manutenção de crédito relativamente à exportação de serviços e mercadorias.

- a) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- b) Estão corretos apenas os itens I, III e IV.
- c) Estão corretos apenas os itens III e IV.
- d) Estão corretos apenas os itens I e II.
- e) Estão corretos apenas os itens II, III e IV.

46-Em relação aos créditos escriturais do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, da competência estadual e do Distrito Federal, é correto afirmar-se que sobre eles

- a) não incide a correção monetária.
- b) incide a correção monetária apenas nas hipóteses em que sua incidência for monofásica.
- c) incide a correção monetária por força do princípio constitucional da isonomia.
- d) não incide a correção monetária quando a legislação estadual não contiver tal previsão.
- e) incide a correção monetária, já que é vedado o enriquecimento sem causa do ente tributante.

47-Sobre a imunidade constitucional recíproca, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar-se que a imunidade recíproca

- a) compreende todos os tributos que incidem sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros.
- b) protege as pessoas jurídicas de direito público umas das outras, abrangendo quaisquer espécies de tributos.
- c) não compreende os impostos incidentes sobre a produção e a circulação de riquezas (IPI e ICMS).
- d) é extensiva às autarquias e fundações mantidas pelo poder público, no que se refere ao seu patrimônio, renda ou serviços vinculados a qualquer finalidade.
- e) é extensiva às fundações, mas não às autarquias mantidas pelo poder público.

48-Sobre o lançamento tributário, procedimento administrativo tendente a verificar, entre outras coisas, a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente e determinar a matéria tributável, pode-se afirmar que

- a) a sua revisão só pode ser iniciada enquanto não extinto o direito da Fazenda Pública.
- b) o CTN não admite hipótese em que a legislação a ele aplicável seja aquela vigente à época em que for efetuado.
- c) só pode ser alterado por impugnação do sujeito passivo.
- d) se o cálculo do tributo tiver por base valor de bens ou direitos, e estes não forem corretamente informados pelo sujeito passivo, a autoridade que efetivar o lançamento arbitrará estes valores, não podendo mais o sujeito passivo contraditá-los.
- e) trata-se de uma atividade administrativa vinculada e obrigatória, mas que pode ser postergada, a critério da autoridade lançadora, por razões de conveniência e oportunidade.

49- A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 (cinco) anos contados da data de sua constituição definitiva. O prazo prescricional se interrompe em determinadas hipóteses elencadas pelo Código Tributário Nacional.

Assinale abaixo a opção que contenha hipóteses de interrupção da prescrição.

- a) Protesto judicial / ato inequívoco que importe em reconhecimento de débito pelo devedor / citação válida em execução fiscal.
- b) Qualquer ato judicial ou extrajudicial que constitua em mora o devedor / ato inequívoco que importe em reconhecimento de débito pelo devedor / protesto judicial.
- c) Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal/ qualquer ato judicial ou extrajudicial que constitua em mora o devedor / protesto judicial.
- d) Citação válida em execução fiscal / qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor / protesto judicial.
- e) Despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal/ ato inequívoco que importe em reconhecimento de débito pelo devedor / protesto judicial.

50- A exceção de pré-executividade, na Execução Fiscal,

- a) não é admissível.
- b) é admissível mesmo sem estar seguro o juízo.
- c) somente é admissível nas hipóteses taxativamente previstas em lei.
- d) somente é admissível se, simultaneamente, houver a interposição de embargos de devedor.
- e) não é admissível nos casos em que o Juiz puder proclamá-la de ofício.

51- No regime de substituição tributária, o entendimento atual do Supremo Tribunal Federal permite afirmar-se que:

- a) a operação realizada por preço inferior ao que tenha servido de base para o cálculo do imposto faz nascer o direito à compensação da diferença.
- b) existe a responsabilidade solidária sobre o tributo.
- c) assegura-se ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor pago em qualquer hipótese.
- d) a restituição ocorre apenas nas hipóteses em que o fato gerador presumido não vier a acontecer.
- e) assegura-se ao contribuinte substituído o direito à restituição do valor pago apenas na hipótese em que este (substituído) venha a assumir também a condição de substituto.

52- De acordo com o disposto no art. 198 do Código Tributário Nacional, os servidores fazendários não podem divulgar informações obtidas sobre a situação econômica ou financeira de sujeitos passivos, em razão do ofício. Entre as hipóteses a seguir, assinale as que constituem exceção a essa regra e marque a opção correspondente.

Não constitui(em) violação ao dever funcional de manutenção do sigilo das informações obtidas pelos servidores da Fazenda Pública:

- I. fornecimento de informações a autoridade Judiciária.
- II. divulgação de informações relativas a parcelamento ou moratória.
- III. fornecimento de informações a membro do Ministério Público.
- IV. divulgação de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Estão corretos apenas os itens I e III.
- c) Estão corretos apenas os itens II e IV.
- d) Estão corretos apenas os itens I, II e III.
- e) Estão corretos apenas os itens I, II e IV.

53- A expressão *direito tributário penal* identifica:

- a) normas do direito penal destinadas ao estudo dos crimes contra a ordem tributária.
- b) o setor do direito tributário que comina sanções não criminais para determinadas condutas ilegais.
- c) o mesmo que direito penal tributário.
- d) normas que figuram nos tipos penais relativos a diferentes crimes contra a administração pública.
- e) o conjunto das sanções criminais para determinadas condutas tributárias ilegais.

54- Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis as seguintes pessoas, exceto:

- a) o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio.
- b) o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida.
- c) os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.
- d) os mandatários e prepostos.
- e) os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes.

55- Com a edição da nova lei de falências, houve a necessidade da alteração de alguns artigos do Código Tributário Nacional referentes às preferências dos créditos tributários. Assim, após a inserção das alterações mencionadas, podemos afirmar, exceto:

- a) o crédito tributário, bem como os seus acréscimos legais, em casos de falência, não preferem aos créditos extraconcursais.
- b) a cobrança judicial do crédito tributário não se sujeita à habilitação em falência ou recuperação judicial.
- c) em se tratando de pessoas jurídicas de direito público, haverá, entre elas, concurso de preferência, ocupando a União posição prioritária em relação às demais – Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios.
- d) havendo, concomitantemente, créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos antes, e créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência, estes últimos terão prioridade em relação àqueles.
- e) a concessão de recuperação judicial dependerá da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.

CONTABILIDADE:

GERAL

56- Na empresa Nutricional S/A, o resultado do exercício havia sido apurado acusando um lucro de R\$ 50.000,00, quando foram realizadas as verificações de saldos para efeito de ajustes de encerramento e elaboração do balanço patrimonial. Os resultados, contabilizados segundo o regime contábil de Caixa ao longo do período, evidenciaram a existência de:

- salários de dezembro, no valor de R\$ 15.000,00, ainda não quitados;
- juros de R\$ 4.000,00 já vencidos no exercício, mas ainda não recebidos;
- aluguéis de R\$ 6.300,00, referentes a janeiro de 2007, pagos em dezembro de 2006;
- comissões de R\$ 7.200,00, recebidas em dezembro de 2006, mas que se referem ao exercício seguinte.

Após a contabilização dos ajustes segundo o Princípio da Competência, o lucro do exercício passou a ser de

- a) R\$ 38.100,00.
- b) R\$ 32.700,00.
- c) R\$ 45.300,00.
- d) R\$ 39.900,00.
- e) R\$ 39.000,00.

57- A avaliação de bens do ativo imobilizado ocorre pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação para reconhecer o desgaste físico ou a obsolescência.

Se um bem, de vida útil estimada em 5 anos, adquirido em outubro de 2005 por R\$ 80.000,00, for depreciado com 10% de valor residual, no exercício de 2006 sofrerá depreciação no valor de

- a) R\$ 7.200,00.
- b) R\$ 8.000,00.
- c) R\$ 14.400,00.
- d) R\$ 16.000,00.
- e) R\$ 18.000,00.

58- A movimentação do estoque de bens de vendas da empresa Almerícias Comercial, na primeira semana de novembro, evidenciou estoque inicial de R\$ 1.200,00, estoque final de 72 unidades e vendas brutas de R\$ 2.900,00.

Sabendo-se que as compras do período foram de R\$ 1.800,00 para 150 unidades, que já havia 120 unidades em estoque e que as operações não sofrem qualquer tributação, pode-se dizer que o valor do

- a) estoque final, pelo critério PEPS, foi de R\$ 720,00.
- b) estoque final, pelo critério UEPS, foi de R\$ 864,00.
- c) custo da mercadoria vendida, pelo critério PEPS, foi de R\$ 2.280,00.
- d) custo da mercadoria vendida, pelo critério UEPS, foi de R\$ 2.136,00.
- e) lucro operacional bruto, pelo critério PEPS, foi de R\$ 764,00.

59- Assinale abaixo a assertiva verdadeira.

Na equação geral do sistema contábil também são considerados como origem de recursos

- a) os aumentos de ativo, os aumentos de despesas e as diminuições de passivo.
- b) os aumentos de patrimônio líquido, os aumentos de resultado e as diminuições de passivo.
- c) os aumentos de ativo, os aumentos de patrimônio líquido e as diminuições de passivo.
- d) os aumentos de ativo, os aumentos de resultado e as diminuições de passivo.
- e) os aumentos de passivo, os aumentos de patrimônio líquido e as diminuições de ativo.

60- Assinale abaixo o lançamento contábil (com omissão de data e histórico, para fins de simplificação) que deverá ser utilizado para registrar no livro Diário a quitação de duplicatas no valor de R\$ 1.100,00, com juros de 10% de seu valor.

Área para rascunho

- a) Diversos
a Bancos conta Movimento
Duplicatas a Pagar 1.100,00
Juros Ativos 110,00 1.210,00
- b) Diversos
a Bancos conta Movimento
Duplicatas a Receber 1.100,00
Juros Ativos 110,00 1.210,00
- c) Bancos conta Movimento
a Diversos
a Duplicatas a Pagar 1.100,00
a Juros Ativos 110,00 1.210,00
- d) Bancos conta Movimento
a Diversos
a Duplicatas a Receber 1.100,00
a Juros Ativos 110,00 1.210,00
- e) Duplicatas a Receber
a Diversos
a Bancos conta Movimento 1.100,00
a Juros Ativos 110,00 1.210,00

61- Com base na experiência de perdas efetivas no recebimento de seus créditos, a Microempresa Satélite S/A, constituiu no exercício de 2005 uma provisão no valor de R\$ 2.700,00. No exercício de 2006, a empresa deu baixa em créditos no valor de R\$ 1.860,00 e chegou ao fim do exercício com valores a receber no montante de R\$ 120.000,00.

Considerando-se a necessidade da constituição de nova provisão à base de 3% dos créditos existentes, mesmo levando em conta o saldo não utilizado da provisão anterior, pode-se dizer que os referidos créditos devem ir a balanço, deduzidos de provisão no valor de

- a) R\$ 4.440,00.
b) R\$ 2.760,00.
c) R\$ 3.600,00.
d) R\$ 900,00.
e) R\$ 1.740,00.

62- No Plano de Contas da Empresa Valpeças e Acessórios S/A constam diversos títulos contábeis, dos quais extraímos os seguintes, em ordem alfabética:

- 01 - CAIXA
- 02 - CAPITAL SOCIAL
- 03 - CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS
- 04 - DESPESAS DE ALUGUEL
- 05 - DUPLICATAS A PAGAR
- 06 - DUPLICATAS A RECEBER
- 07 - IMPOSTOS A RECOLHER
- 08 - LUCROS ACUMULADOS
- 09 - MERCADORIAS
- 10 - MÓVEIS E UTENSÍLIOS
- 11 - RECEITAS DE JUROS
- 12 - RECEITAS DE VENDAS
- 13 - RESERVA LEGAL
- 14 - SALÁRIOS E ORDENADOS
- 15 - VEÍCULOS

Analisando-se as contas acima de conformidade com a classificação técnica indicada nas Teorias Personalista e Patrimonialista das Contas, respectivamente, pode-se dizer que a relação contém

- a) 06 Contas de Resultado e 09 Contas Patrimoniais.
- b) 07 Contas Integrais e 08 Contas Diferenciais.
- c) 07 Contas de Consignatários e 08 Contas do Proprietário.
- d) 08 Contas do Proprietário e 05 Contas de Resultado.
- e) 10 Contas Patrimoniais e 08 Contas do Proprietário.

63- O Armazém de Brinquedos Ltda. promoveu vendas a prazo no valor de R\$ 18.000,00, com entregas em domicílio. As vendas foram tributadas com ICMS de R\$ 3.000,00, sendo de R\$ 2.000,00 o valor do frete pago.

Sabendo-se que a operação gerou como resultado operacional bruto (RCM) um prejuízo de R\$ 1.800,00, pode-se afirmar que o custo das mercadorias vendidas (CMV) foi de

- a) R\$ 19.800,00.
- b) R\$ 16.800,00.
- c) R\$ 14.800,00.
- d) R\$ 13.200,00.
- e) R\$ 11.200,00.

Área para rascunho

64- Em 31 de dezembro de 2005, a empresa Somerseth S/A apresentou, em ordem alfabética, a seguinte relação de contas e saldos respectivos:

Área para rascunho

<u>Contas</u>	<u>Saldos</u>
Instalações	R\$ 2.560,00
Abatimento s/Vendas	R\$ 1.200,00
Veículos	R\$ 7.840,00
Aluguéis Ativos	R\$ 960,00
Títulos a Pagar	R\$16.400,00
Amortização Acumulada	R\$ 480,00
Salários e Ordenados	R\$ 2.240,00
Bancos conta Movimento	R\$ 7.200,00
Reserva Legal	R\$ 2.800,00
Capital a Realizar	R\$ 2.400,00
Reservas Estatutárias	R\$ 2.000,00
Capital Social	R\$27.000,00
Receita Bruta de Vendas	R\$10.800,00
Clientes	R\$ 6.800,00
Receitas Antecipadas	R\$ 2.160,00
Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 6.400,00
Provisão p/Perdas em Investimentos	R\$ 2.000,00
Depreciação Acumulada	R\$ 1.440,00
Provisão p/Imposto de Renda	R\$ 1.600,00
Despesas Antecipadas	R\$ 1.200,00
Provisão para Férias	R\$ 1.440,00
Despesa de Aluguéis	R\$ 1.680,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 480,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 3.200,00
Móveis e Utensílios	R\$14.400,00
Duplicatas a Receber	R\$16.000,00
Mercadorias	R\$10.400,00
Encargos de Depreciação	R\$ 320,00
Juros Ativos	R\$ 920,00
Financiamentos Bancários	R\$ 9.600,00
Investimentos	R\$ 6.400,00
Fornecedores	R\$ 6.000,00
Gastos de Instalação	R\$ 720,00
Impostos e Taxas	R\$ 560,00

Ao elaborar o balanço patrimonial do exercício a empresa apurou os seguintes valores:

a) Patrimônio Líquido	R\$ 29.200,00.
b) Ativo Permanente	R\$ 30.000,00.
c) Ativo Circulante	R\$ 36.400,00.
d) Passivo Circulante	R\$ 37.200,00.
e) Patrimônio Bruto	R\$ 73.520,00.

65-Na empresa Companhia dos Itens S/A, o Patrimônio Líquido era assim formado de Capital Social de R\$ 1.500.000,00, Reservas de R\$ 200.000,00 e Lucros Acumulados de R\$ 80.000,00, no exercício de 2006.

No encerramento do ano para fins de balanço, o resultado líquido do exercício, antes do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro, e das participações estatutárias, foi lucro de R\$ 610.000,00.

Desse lucro a empresa mandou provisionar R\$ 205.000,00 para pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; e R\$ 45.000,00 para Participação Estatutária de Empregados.

Mandou registrar, também, Participação de Administradores de 10%, Reserva Legal de 5% e o Dividendo Mínimo Obrigatório de 25%.

No exercício social em que esses fatos ocorreram o patrimônio líquido da empresa no balanço patrimonial passou a ser de

- a) R\$ 2.010.850,00.
- b) R\$ 2.027.050,00.
- c) R\$ 2.087.800,00.
- d) R\$ 2.104.000,00.
- e) R\$ 2.140.000,00.

DE CUSTOS

66- A Cia. Boa Vista fabrica e vende os produtos A e B, durante um determinado mês, o departamento fabril reporta para a contabilidade o seguinte relatório da produção:

CUSTOS	PRODUTO A	PRODUTO B	VALOR TOTAL
Matéria Prima	1.600.000	2.000.000	3.600.000
Mão-de-Obra Direta	1.200.000	800.000	2.000.000
Unidades Produzidas no Período	10.000 Und.	8.000 Und.	18.000 Und.
CIF - Custos Indiretos de Produção			5.000.000

Se a empresa distribui os CIF com base nos custos diretos de produção, os custos unitários dos produtos “A” e “B” são respectivamente:

- a) R\$ 675,25 e R\$ 705,00
- b) R\$ 670,50 e R\$ 675,25
- c) R\$ 662,50 e R\$ 570,50
- d) R\$ 545,25 e R\$ 530,00
- e) R\$ 530,00 e R\$ 662,50

Enunciado para a resolução das questões 67 e 68.

A Cia. Jurema fabrica e vende os produtos "A" e "B"; no mês de junho do corrente ano, o departamento fabril da empresa reporta internamente para a contabilidade um relatório de produção contendo os seguintes dados:

I. Posição dos Estoques Iniciais, em 01.06.2006:

Estoques Iniciais:	Valores em R\$
Matéria Prima	50.000
Produtos em Elaboração A	150.000
Produtos em Elaboração B	80.000
100 unidades acabadas do Produto A	20.000
40 unidades acabadas do Produto B	5.000

II. Itens inventariados ao final do mês:

Estoques Finais:	Totais
Matéria Prima	R\$ 150.000
Produtos em Elaboração A	R\$ 100.000
Produto em Elaboração B	R\$ 50.000
Unidades Acabadas do Produto A	200 unidades
Unidades Acabadas do Produto B	100 unidades

III. Itens requisitados, consumidos, gastos ou desembolsados no mês:

Gastos e desembolsos no mês:	Valores em R\$
Compras efetivas de Matéria Prima	900.000
Compra de Insumos Fabris	200.000
Mão-de-Obra	720.000
Custos Indiretos de Fabricação	1.800.000

IV. Demais dados de produção:

Outros Dados Fabris	Produto A	Produto B
Atribuição dos custos:		
Materiais diretos	60%	40%
Mão-de-Obra	50%	50%
CIF	80%	20%
Quantidades Produzidas	10.000 unidades	8.000 unidades

Levando em conta os dados anteriormente fornecidos, responda os questionamentos relativos aos produtos no mês de junho de 2006.

67-O custo unitário de produção dos produtos "A" e "B" é, respectivamente:

- a) R\$ 245,00 e R\$ 143,75
- b) R\$ 240,75 e R\$ 143,00
- c) R\$ 220,05 e R\$ 135,00
- d) R\$ 200,00 e R\$ 125,00
- e) R\$ 143,75 e R\$ 115,25

68-No período, o total custo dos produtos vendidos pelo critério PEPS – Primeiro que entra primeiro que sai é:

- a) R\$ 3.265.565
- b) R\$ 3.600.025
- c) R\$ 3.625.105
- d) R\$ 3.561.625
- e) R\$ 3.651.005

Com base nas informações abaixo, responda as questões 69 e 70.

A empresa Boas Festas produz painéis artísticos natalinos que tradicionalmente são vendidos no final do ano, na loja da própria fábrica a R\$ 700,00/por unidade. Para fabricar esse produto a empresa incorre nos seguintes custos e despesas:

Custos e Despesas Variáveis	R\$ 500,00/ por unidade
Custos e Despesas Fixas	R\$ 400.000,00/ por período

O produto tem excelente aceitação no mercado e normalmente a empresa produz e vende 2.500 unidades por período, com muita tranquilidade. Neste ano a empresa recebe uma proposta de vender também seus produtos, em um shopping no centro da cidade e aumentar suas vendas em 40%. A plataforma produtiva existente na empresa é suficiente para suportar o aumento previsto, sem necessidade de alteração; no entanto é necessário investir em capital de giro, providenciar instalações comerciais e a locação por dois meses de um ponto comercial. O orçamento desses gastos adicionais é de R\$ 100.000,00.

69- Aceitando a proposta, quantas unidades a empresa deverá vender para equilibrar o seu resultado?

- a) 3.500 unidades
- b) 3.000 unidades
- c) 2.500 unidades
- d) 1.000 unidades
- e) 500 unidades

70- Se a empresa restringir suas vendas apenas à loja da fábrica, pode-se afirmar que

- a) operaria com uma margem de segurança de 20%.
- b) apuraria um lucro de R\$ 50.000.
- c) registraria prejuízo, se vender 2.200 unidades.
- d) trabalharia com equilíbrio, se vender 2.300 unidades.
- e) obteria uma alavancagem operacional de 1,15 vezes.

SOCIETÁRIA

71- As despesas decorrentes de Pesquisa e Desenvolvimento de projetos desativados devem ser contabilizadas como

- a) Custo dos Produtos Vendidos.
- b) Ativo Diferido.
- c) Despesa Operacional.
- d) Despesa não Operacional.
- e) Ativo Imobilizado.

72- A Cia. Itaoca procede à reavaliação de parte de seus imobilizados, registrando em Reserva de Reavaliação o valor de R\$ 1 milhão e provisiona 30% a título de Imposto de Renda e Contribuição Social. Com relação a esse fato como sua controladora, a Cia. Itamaracá, deverá

- a) contabilizar como receita operacional parcela da reavaliação reconhecida pela investida.
- b) registrar, na sua contabilidade, um ganho de capital equivalente ao percentual do investimento.
- c) evidenciar na sua contabilidade, como resultado de exercício futuro, parcela da reavaliação feita pela investida.
- d) lançar o valor proporcional à participação societária em ajustes de exercícios anteriores.
- e) registrar, também, uma Reserva de Reavaliação proporcional a sua participação.

73- A Cia. Boreal, em 01.10.2005, contrai um empréstimo bancário no valor de um milhão de euros, pelo prazo de 60 meses, com carência de 24 meses, pagamento do principal em 3 parcelas anuais após o período de carência e juros trimestrais de 6%, pagáveis no quinto dia útil subsequente ao dia de vencimento dos juros. Com relação a essa operação, é possível afirmar que,

- a) em 2006, havendo variação cambial, somente o passivo exigível a longo prazo da empresa será afetado.
- b) somente no exercício de 2007, por ocasião da primeira amortização de principal, deverá ocorrer o reconhecimento da variação cambial relativa à moeda externa.
- c) no exercício de 2006, deve ser registrado apenas o valor efetivamente pago das despesas de juros.
- d) em 2005 as disponibilidades foram afetadas pelo montante dos juros apropriados como despesas financeiras do período.
- e) o valor registrado como variação do valor do euro, se houver, na elaboração do fluxo de caixa de 2006, deve ser ajustado ao resultado para a identificação do caixa gerado pelas operações.

74- Uma empresa com dificuldades de saldo no caixa negocia a quitação de parte de suas dívidas, para com seus fornecedores de curto prazo, com a dação de um de seus equipamentos em uso. O registro desse evento gera

- a) uma despesa operacional.
- b) um aumento no capital circulante líquido.
- c) um débito em conta de imobilizado.
- d) uma diminuição de disponibilidade.
- e) um ingresso de recursos.

75- Se o estoque de mercadorias médio de uma empresa é R\$ 50.000, seu índice de liquidez seca é 0,60, seu Ativo Circulante é R\$ 350.000 e o Passivo Exigível a Longo Prazo é R\$ 800.000, pode-se dizer que o valor do Capital de Terceiros dessa empresa é de

- a) R\$ 1.300.000
- b) R\$ 1.200.000
- c) R\$ 1.100.000
- d) R\$ 1.000.000
- e) R\$ 900.000

Área para rascunho

Área para rascunho

TABELAS UTILIZÁVEIS NA SOLUÇÃO DOS PROBLEMAS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA

TABELA I FATOR DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL - $a_n = (1 + i)^n$

n/i	1%	2%	3%	4%	5%	6%	7%	8%	9%	10%	12%	15%	18%
1	1,010000	1,020000	1,030000	1,040000	1,050000	1,060000	1,070000	1,080000	1,090000	1,100000	1,120000	1,150000	1,180000
2	1,020100	1,040400	1,060900	1,081600	1,102500	1,123600	1,144900	1,166400	1,188100	1,210000	1,254400	1,322500	1,392400
3	1,030301	1,061208	1,092727	1,124864	1,157625	1,191016	1,225043	1,259712	1,295029	1,331000	1,404928	1,520875	1,643032
4	1,040604	1,082432	1,125508	1,169858	1,215506	1,262476	1,310796	1,360488	1,411581	1,464100	1,573519	1,749006	1,938777
5	1,051010	1,104081	1,159274	1,216652	1,276281	1,338225	1,402552	1,469329	1,538624	1,610510	1,762341	2,011357	2,287758
6	1,061520	1,126162	1,194052	1,265319	1,340095	1,418519	1,500730	1,586874	1,677100	1,771561	1,973822	2,313061	2,699554
7	1,072135	1,148685	1,229873	1,315931	1,407100	1,503630	1,605781	1,713824	1,828039	1,948717	2,210681	2,660020	3,185474
8	1,082856	1,171659	1,266770	1,368569	1,477455	1,593848	1,718186	1,850930	1,992562	2,143588	2,475963	3,059023	3,758859
9	1,093685	1,195092	1,304773	1,423311	1,551328	1,689478	1,838459	1,999004	2,171893	2,357947	2,773078	3,517876	4,435454
10	1,104622	1,218994	1,343916	1,480244	1,628894	1,790847	1,967151	2,158925	2,367363	2,593742	3,105848	4,045558	5,233835
11	1,115668	1,243374	1,384233	1,539454	1,710339	1,898298	2,104852	2,331639	2,580426	2,853116	3,478549	4,652391	6,175926
12	1,126825	1,268242	1,425760	1,601032	1,795856	2,012196	2,252191	2,518170	2,812665	3,138428	3,895975	5,350250	7,287592
13	1,138093	1,293606	1,468533	1,665073	1,885649	2,132928	2,409845	2,719623	3,065804	3,452271	4,363493	6,152787	8,599359
14	1,149474	1,319479	1,512589	1,731676	1,979931	2,260903	2,578534	2,937193	3,341727	3,797498	4,887112	7,075706	10,147244
15	1,160969	1,345868	1,557967	1,800943	2,078928	2,396558	2,759031	3,172169	3,642482	4,177248	5,473565	8,137061	11,973748
16	1,172578	1,372786	1,604706	1,872981	2,182874	2,540351	2,952164	3,425942	3,970306	4,594972	6,130393	9,357621	14,129022
17	1,184304	1,400241	1,652847	1,947900	2,292018	2,692772	3,158815	3,700018	4,327633	5,054470	6,866040	10,761264	16,672246
18	1,196147	1,428246	1,702433	2,025816	2,406619	2,854339	3,379932	3,996019	4,717120	5,559917	7,689966	12,375453	19,673251

$$a_{n-i} = \frac{(1+i)^n - 1}{i \times (1+i)^n}$$

TABELA II FATOR DE VALOR ATUAL DE UMA SÉRIE DE PAGAMENTOS IGUAIS -

i/n	1%	2%	3%	4%	5%	6%	7%	8%	9%	10%	12%	15%	18%
1	0,990099	0,980392	0,970874	0,961538	0,952381	0,943396	0,934579	0,925926	0,917431	0,909091	0,892857	0,869565	0,847457
2	1,970395	1,941561	1,913469	1,886094	1,859410	1,833393	1,808018	1,783265	1,759111	1,735537	1,690051	1,625709	1,565642
3	2,940985	2,883883	2,828611	2,775091	2,723248	2,673012	2,624316	2,577097	2,531295	2,486852	2,401831	2,283225	2,174273
4	3,091965	3,807728	3,717098	3,629895	3,545951	3,465105	3,387211	3,312127	3,239720	3,169865	3,037349	2,854978	2,690062
5	4,853431	4,713459	4,579707	4,451822	4,329476	4,212364	4,100197	3,992710	3,889651	3,790787	3,604776	3,352155	3,127171
6	5,795476	5,601431	5,417191	5,242137	5,075692	4,917324	4,766539	4,622879	4,485918	4,355261	4,111407	3,784482	3,497602
7	6,728194	6,471991	6,230283	6,002054	5,786373	5,582381	5,389289	5,206370	5,032953	4,868419	4,563756	4,160420	3,811527
8	7,651678	7,325481	7,019692	6,732745	6,463213	6,209794	5,971298	5,746639	5,534819	5,334926	4,967640	4,487321	4,077566
9	8,566017	8,162237	7,786109	7,435331	7,107821	6,801692	6,515232	6,246888	5,995247	5,759024	5,328250	4,771584	4,303022
10	9,471304	8,982585	8,530203	8,110896	7,721735	7,360087	7,023581	6,710081	6,417657	6,144567	5,650223	5,018768	4,494086
11	10,367628	9,786848	9,252624	8,760477	8,306414	7,886874	7,498674	7,138964	6,805190	6,495061	5,937699	5,233712	4,656005
12	11,255077	10,575341	9,954004	9,385074	8,863251	8,383844	7,942686	7,536078	7,160725	6,813692	6,194374	5,420619	4,793225
13	12,133740	11,348374	10,634955	9,985648	9,393573	8,852683	8,357650	7,903776	7,486904	7,103356	6,423548	5,583147	4,909513
14	13,003703	12,106249	11,296073	10,563123	9,898641	9,294984	8,745468	8,244237	7,786150	7,366687	6,628168	5,724475	5,008062
15	13,865052	12,849263	11,937935	11,118387	10,379658	9,712249	9,107914	8,559478	8,060688	7,606079	6,810864	5,847370	5,091578
16	14,717874	13,577709	12,561102	11,652295	10,837769	10,105895	9,446648	8,851369	8,312558	7,823708	6,973986	5,954235	5,162354
17	15,562251	14,291872	13,166118	12,165669	11,274066	10,477259	9,763223	9,121638	8,543631	8,021553	7,119630	6,047161	5,222334
18	16,398268	14,992031	13,753513	12,659297	11,689587	10,827604	10,059087	9,371887	8,755625	8,201412	7,249670	6,127966	5,273164

$$S_{n-i} = \frac{(1+i)^n - 1}{i}$$

TABELA III FATOR DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL DE UMA SÉRIE DE PAGAMENTOS IGUAIS -

i/n	1%	2%	3%	4%	5%	6%	7%	8%	9%	10%	12%	15%	18%
1	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000	1,000000
2	2,010000	2,020000	2,030000	2,040000	2,050000	2,060000	2,070000	2,080000	2,090000	2,100000	2,120000	2,150000	2,180000
3	3,030100	3,060400	3,090900	3,121600	3,152500	3,183600	3,214900	3,246400	3,278100	3,310000	3,374400	3,472500	3,572400
4	4,060401	4,121608	4,183627	4,246464	4,310125	4,374616	4,439943	4,506112	4,573129	4,641000	4,779328	4,993375	5,215432
5	5,101005	5,204040	5,309136	5,416322	5,525631	5,637093	5,750739	5,866601	5,984710	6,105100	6,352847	6,742381	7,154210
6	6,152015	6,308121	6,468410	6,632975	6,801913	6,975318	7,153291	7,335929	7,523334	7,715610	8,115189	8,753738	9,441968
7	7,213535	7,434283	7,662462	7,898294	8,142008	8,393837	8,654021	8,922803	9,200434	9,487171	10,089012	11,066799	12,141522
8	8,285670	8,582969	8,892336	9,214226	9,549109	9,897468	10,259802	10,636627	11,028474	11,435888	12,299693	13,726819	15,326996
9	9,368527	9,754628	10,159106	10,582795	11,026564	11,491316	11,977989	12,487558	13,021036	13,579477	14,775656	16,785842	19,085855
10	10,462212	10,949721	11,463879	12,006107	12,577892	13,180795	13,816448	14,486562	15,192930	15,937424	17,548735	20,303718	23,521309
11	11,566834	12,168715	12,807795	13,486351	14,206787	14,971642	15,783599	16,645487	17,560293	18,531167	20,654583	24,349276	28,755144
12	12,682503	13,412090	14,192029	15,025805	15,917126	16,869941	17,888451	18,977126	20,140720	21,384284	24,133133	29,001667	34,931070
13	13,809328	14,680331	15,617790	16,626837	17,712983	18,882137	20,140643	21,495296	22,953384	24,522712	28,029109	34,351917	42,186663
14	14,947421	15,973938	17,086324	18,291911	19,598632	21,015066	22,550488	24,214920	26,019189	27,974983	32,392602	40,504705	50,818022
15	16,096895	17,293417	18,598914	20,023587	21,578563	23,275970	25,129022	27,152114	29,360916	31,772481	37,279714	47,580411	60,965266
16	17,257864	18,639285	20,156881	21,824531	23,657492	25,672528	27,888053	30,324283	33,003398	35,949730	42,753280	55,717472	72,939014
17	18,430443	20,012071	21,761588	23,697512	25,840366	28,212880	30,840217	33,750225	36,973704	40,544703	48,883674	65,075093	87,068036
18	19,614747	21,412312	23,414435	25,645413	28,132384	30,905652	33,999035	37,450244	41,301338	45,599173	55,749715	75,836357	103,740283



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br